

**ARTIGO ORIGINAL****ACOLHIMENTO INFANTIL: UM OLHAR PARA O
CUIDADOR/EDUCADOR**

Child sheltering: a look to the caregiver/educator

Ruth Irmgard Bärtschi Gabatz¹, Eda Schwartz², Viviane Marten Milbrath³,
Ananda Rosa Borges⁴, Taniely da Costa Bório⁴, Mariana Domingos
Saldanha⁴

RESUMO

Conhecer a caracterização do cuidador/educador de crianças de 0 a 3 anos em uma instituição de acolhimento infantil. A coleta dos dados ocorreu de abril a agosto de 2015, por meio de uma entrevista com 15 cuidadoras. Analisou-se os dados por meio da análise de conteúdo convencional. Os resultados apontam que os cuidadores são todos do sexo feminino, tem entre 22 a 58 anos e não recebem qualificação na sua admissão para realizarem o cuidado das crianças. As condições de trabalho como a falta de qualificação e a baixa remuneração financeira podem contribuir negativamente para a qualidade do cuidado e o estímulo do cuidador no desenvolvimento das atividades diárias.

Palavras-chave: cuidadores; criança; acolhimento institucional; trabalho.

ABSTRACT

To know the characterization of the caregiver/educator of children from 0 to 3 years in a child shelter institution. Data were collected from April to July 2015, through an interview with 15 caregivers. Data were analyzed by conventional content analysis. The results indicate that the caregivers are all females, have between 22 to 58 years and do not receive training in their admission to carry out the care of the children. The working conditions such as the lack of continuous education and training and the low financial remuneration can contribute negatively to the quality of care and the encouragement of the caregiver/educator in the development of daily activities.

Keywords: caregivers; child; institutional sheltering; work.

¹ Doutora em Ciências, Professora Adjunta da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

² Pós-doutora em Enfermagem, Professora Associada da Faculdade de Enfermagem e da Pós-graduação em Enfermagem (UFPEL).

³ Doutora em Enfermagem, Professora Associada da Faculdade de Enfermagem e da Pós-graduação em Enfermagem (UFPEL).

⁴ Enfermeira graduada pela Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas.

INTRODUÇÃO

A institucionalização é uma medida a ser utilizada quando não é possível a permanência dos filhos junto aos seus pais ou responsáveis devendo ser excepcional e provisória conforme o Art. 101 no § 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): “O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta [...]”^{1:sp}.

Os artigos do ECA são reforçados pelo definido pelo Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CONANDA) e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)², de que os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes devem seguir caráter de excepcionalidade do afastamento do convívio familiar, buscando sempre manter o convívio com a família (nuclear e extensa). Assim, o afastamento só deverá ocorrer se for a melhor opção para minimizar os

prejuízos ao desenvolvimento da criança, ou seja, em situações de grave risco a integridade física ou psíquica².

Conforme estudo³ o acolhimento institucional representa um contexto de desenvolvimento para as crianças afastadas do convívio familiar, merecendo atenção especial dos profissionais envolvidos neste ambiente. Portanto, é preciso que se olhe para dentro desses espaços buscando conhecer suas especificidades.

No contexto da institucionalização torna-se necessária a inserção de um cuidador substituto para atender às necessidades das crianças durante o acolhimento. Esse cuidador substituto pode ser denominado como cuidador social profissional, pois exerce um papel social em um cuidado profissional, uma vez que o cuidado de crianças institucionalizadas constitui-se na sua profissão⁴. Também se encontra na literatura o termo educador social referindo-se a pessoa que passa a cuidar das crianças quando elas são afastadas do lar e encaminhadas para o acolhimento institucional⁵. Para estudo o educador tem um contato direto com as crianças, sendo a referência mais

próxima de adulto, que assumirá o papel de orientar e protegê-las⁵.

Embora a expressão educador pareça nova no meio acadêmico e social, ela já é antiga, estando relacionada aos profissionais que realizam o cuidado substituto, em instituições de acolhimento, às crianças privadas do cuidado parental ou com vínculos frágeis com pais ou responsáveis⁶.

Neste estudo será utilizado o termo cuidador/educador para definir o profissional que realiza o cuidado substituto das crianças de zero a três anos. A escolha por profissionais que

prestam cuidado a crianças de zero a três anos se deu porque é nesta fase que se desenvolve o comportamento de apego e o vínculo com a figura principal de cuidado⁷. Portanto, considerou-se importante conhecer quem realiza o cuidado substituto na instituição de acolhimento infantil, tendo como questão norteadora: qual é a caracterização do cuidador substituto da criança de zero a três anos em situação de acolhimento? Assim, objetivou-se conhecer a caracterização dos cuidadores de crianças de zero a três anos em uma instituição de acolhimento infantil.

MÉTODO

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, cujos dados foram coletados em uma instituição do tipo casa-lar, localizada em um município do Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Essa instituição recebe crianças, dos sexos masculino e feminino, de zero a oito anos de idade, encaminhadas pelo Juizado de Menores e Conselho Tutelar, porque não podem permanecer com as suas famílias.

Participaram da pesquisa os profissionais envolvidos nos cuidados diretos às crianças de zero a três anos nos turnos da manhã, da tarde e da noite, totalizando 15 cuidadores. Compreende-se aqui como cuidados diretos todas as atividades realizadas pelos cuidadores com as crianças que propiciam o contato físico e visual, como alimentação, banho, troca de fraldas, auxílio para engatinhar e caminhar, atividades lúdicas e de aprendizagem, aconchegar ao colo, embalar, entre outras. “As ações de cuidar-assistir são entendidas como aquelas que estão voltadas para a

assistência das necessidades básicas e elementares para a existência e a manutenção de um corpo humano em seu estado saudável e de bem-estar”^{8:199}.

Os critérios de inclusão no estudo foram: trabalhar na instituição há pelo menos três meses e prestar cuidados diretos às crianças de zero a três anos abrigadas na instituição, totalizando-se 15 participantes. Excluiu-se uma cuidadora que estava há menos de um mês na instituição e a equipe técnica.

A coleta dos dados ocorreu de abril a agosto de 2015, nos três turnos (manhã, tarde e noite), agendando-se as visitas previamente de acordo com a disponibilidade dos cuidadores/educadores e do abrigo. Os dados foram coletados por meio de entrevista com questões norteadoras acerca do trabalho de cuidado da criança institucionalizada. As entrevistas tiveram uma duração média de 30 minutos, foram gravadas em aparelho mp3 em uma sala privativa dentro da instituição de acolhimento, sendo transcritas manualmente na íntegra. Os dados

referentes à caracterização foram analisados por meio da análise de conteúdo convencional, em que as categorias de codificação resultam diretamente dos dados textuais⁹. Portanto, o conhecimento gerado por meio deste tipo de análise é baseado nas perspectivas individuais dos participantes e constituído por dados reais.

Quanto aos preceitos éticos destaca-se que todos os preceitos éticos para pesquisas com seres humanos foram observadas de acordo com o proposto pela Resolução nº 466 de 2012¹⁰. Para tanto, foi disponibilizado aos participantes do estudo um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado pelos cuidadores que concordaram em participar. O anonimato dos participantes foi mantido utilizando-se a consoante C (cuidador) seguida de um numeral, conforme a ordem das entrevistas (C1, C2, C3...), para nominá-los. O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética sob o parecer número 1.035.995.

RESULTADOS

Foram entrevistados 15 cuidadores/educadores, o que representou a totalidade dos cuidadores de crianças de zero a três anos na instituição pesquisada, com mais de três meses de atuação na instituição, durante o período de coleta dos dados. Esses referiram que fizeram concurso como educadores sociais, entretanto enquanto alguns preferem ser nominados como educadores, outros afirmam que são em essência cuidadores, portanto optou-se pela denominação cuidadores/educadores. Pode-se observar essa dualidade de definição em algumas falas:

[...] mas enquanto tiver ali como educadora tu vai fazer o teu papel. (C3)

[...] cuidadora, nós aqui somos mais cuidadoras. (C6)

Acho que cuidadora. (C8)

[...] acho que aqui eu sou mais cuidadora. (C10)

[...] eu fiz para educador social, que a ideia de educador social [...] a ideia de ser educador social me pareceu assim que eu sempre quis

trabalhar com isso, tipo, de ajudar o próximo, de me envolver em questões sociais.

(C14)

Os 15 cuidadores/educadores eram todos do sexo feminino, tinham idade entre 22 e 58 anos, sendo que três tinham entre 20 e 30 anos, sete tinham entre 30 e 40 anos, três tinham entre 40 e 50 anos e duas tem entre 50 e 60 anos.

A renda recebida na instituição era de um salário mínimo, considerado o valor de R\$ 788,00, sendo que a renda familiar declarada por seis participantes de um a dois salários, para outras seis participantes de dois a três salários e para três participantes de três a quatro salários. Os resultados apontam que das 15 participantes, seis faziam hora extra na instituição de acolhimento ou em outras instituições do município, além disso, três participantes trabalham em outros locais no turno inverso para complementar a renda.

Quanto ao estado civil nove participantes se declararam solteiras, quatro casadas, uma divorciada e uma em união estável. Das 15 participantes nove possuíam filhos, sendo que destas quatro possuem um filho, outras

quatro tem dois filhos e uma tem quatro filhos, as idades dos filhos variaram de oito meses a 31 anos. Quanto ao local de moradia, apenas duas participantes moravam no centro da cidade, onze em bairros do município do estudo e duas em um município vizinho.

O grau de instrução das participantes variou desde o ensino fundamental completo até o ensino superior completo. Uma participante possui o ensino fundamental completo, sete possuem o ensino médio completo, quatro possuem ensino superior completo, três possuem curso superior incompleto. Das sete participantes que possuem ensino médio completo, uma tem curso de Técnico em Educação Infantil, uma cursou magistério no ensino médio e possui Especialização em Educação Infantil e duas possuem curso Técnico em Enfermagem. Das quatro participantes que possuem curso superior completo, uma é Licenciada em Geografia, uma Licenciada em História, uma Bacharel em Enfermagem e uma Bacharel em Assistência Social. Das três participantes com curso superior incompleto, uma estuda Serviço

Social, uma Enfermagem e uma Pedagogia. Destaca-se que existem quatro profissionais com formação na área da enfermagem dentre as participantes, o que auxilia no planejamento do cuidado das crianças.

O tempo de atuação das participantes na instituição variou de oito meses a 12 anos. Duas participantes atuam há menos de um ano na instituição, dez de dois a cinco anos, uma de cinco a 10 anos e duas atuam há mais de 10 anos na instituição. A maioria das participantes, onze, é concursada no serviço, sendo que as outras quatro são contratadas e todos os contratos se encerravam em 2015. Seis das 15 participantes referiram já ter trabalhado em outras instituições municipais, de acolhimento e educação, antes de chegar à instituição atual.

Capacitação e educação continuada

Quanto à capacitação todas as participantes referiram que não receberam capacitação específica na admissão como cuidadoras/educadoras na instituição em questão, conforme pode ser visto na fala de C7 e C12:

Não, sem nem saber o que que era, sem nem ser apresentada, quando eu cheguei aqui não tinha a menor ideia, só sabia que era com criança. (C7)

Não. Só me mandaram para cá e já começamos no outro dia, e eu nunca tinha trocado uma fralda numa criança, não tinha contato nenhum com bebê, jogada no meio. (C12)

Das 15 participantes, seis referiram que na admissão foi realizada uma entrevista em grupo, para identificar o perfil de cada uma, se era para trabalhar com crianças, idosos ou adolescentes. A seguir apresentam-se alguns relatos que mostram essa realidade:

Não, não teve capacitação nenhuma, mas eles nos mostravam um vídeo [...] como é que era cada abrigo. [...] aí depois é que eles pegaram e disseram assim, bom, então agora de repente do teu perfil, do que tu [...] está mais apta para ir seria no caso então para os pequenos, seria no caso então para esse aqui [...]. (C2)

[...] uma entrevista, eles te perguntam qual a faixa etária tu prefere trabalhar, o que tu te identifica mais se é com criança grande, idosos. (C13)

[...] simplesmente nos falaram que tinham abrigos e nos falaram quais os abrigos que tinham [...] ai perguntaram para gente como a gente era, ai eu falei que eu não tinha paciência com crianças grandes que eu me adaptava mais aos cuidados de criança pequena, bebê. Aí as coordenadoras [...] nos escolheram, cada perfil no que a gente se adaptava melhor [...]. (C15)

A educação continuada foi referida como sendo eventual, não tendo periodicidade, sendo que dez referiram já terem participado de alguma capacitação, duas referiram saber da educação continuada, mas não terem participado de nenhuma e três referiram não terem conhecimento de nenhuma educação continuada no período em que atuam na instituição.

Pouquíssimas, às vezes tem uma capacitação uma palestra,

pouquíssimo assim, lá uma vez que outra [...]. (C7)

Olha, na época que eu estou aqui eu não fui a capacitação nenhuma, mas se eu não me engano eles tiveram alguma coisa mas eu não pude ir. (C11)

As dez participantes que referiram já ter participado de educações continuadas, disseram que estas ocorrem em diversas modalidades, como atividades em grupo, palestras e reuniões. C1 destaca que quando acontece a educação continuada é muito bom, pois permite a interação do grupo:

Quando acontece [...] às vezes é só uma palestra, alguém vai lá e palestra. Às vezes é um diálogo, às vezes é em grupos, às vezes é interativo, agora mesmo o último que nós tivemos foi muito bom. Foi com grupos, foi com a psicóloga ali da nossa secretaria. Foi trabalhado em grupos, depois a gente interagiu todos juntos também. Aí depois teve a psicopedagoga daqui também, que nos ajudou. Foi muito bom [...]. (C1)

As temáticas citadas pelas participantes foram: primeiros socorros, meditação e discussões acerca das atividades de cuidado às crianças. Algumas dessas questões são apresentadas nas falas a seguir:

[...] nós tivemos uma capacitação ali no conselho tutelar e a psicóloga nossa daqui [...] fez uns trabalhos para gente vivenciar a situação da criança no cotidiano das coisas que a gente faz com eles, [...]de levar no colégio, [...]. (C5)

Esses tempos a gente teve uma lá na casa do conselho. A gente teve uma capacitação lá de interação, para gente identificar as crianças, conversar de atitudes que a gente tinha que ter [...]. (C9)

[...] algumas capacitações sempre tem, tipo Reiki, meditação, mas nada assim do cuidado com a criança. (C12)

Teve alguma coisa com os bombeiros, uma reunião uma vez, de primeiros socorros [...]. Tu iria se fosse compatível com o teu horário de trabalho assim, se tu pudesse ir, não foi

uma coisa obrigatória, poucas colegas participaram e agora faz um tempo que eu não ouço falar nada [...]. (C14)

Destaca-se ainda a compreensão que as participantes possuem da importância de se oferecerem educações continuadas, para que seja possível o cuidado das crianças institucionalizadas, conforme a fala de C4:

[...] os cuidadores que trabalham aqui deveriam ter uma qualificação [...] continua. Não assim, entrou vamos fazer um curso de qualificação ou vamos fazer um seminário ou vamos fazer um cursinho de 20 horas de 30 horas, não, não assim, uma qualificação. Sei lá, palestras, cursos, oficina, qualquer coisa, conhecimento técnico, porque

tu não tens nada. Tu entras, até para entrares, tu não precisas de nada, ensino fundamental completo [...], mas aí eu tenho que dar uma medicação que eu não sei nem como que eu faço aquilo. (C4)

Complementarmente, quando ocorre a qualificação ela é compreendida positivamente, auxiliando na compreensão do universo do cuidado à criança institucionalizada:

[...] é bom né, a gente aprende muitas coisas, ela conversou muito sobre as nossas crianças aqui, muitas coisas a gente não sabe. A ação da criança, às vezes a criança age de um jeito e a gente interpreta de outro, porque ela tem um motivo por trás daquilo né, e muitas vezes a gente não entende. (C5)

DISCUSSÃO

Em geral as mulheres representam a maioria do contingente de cuidadores/educadores em contextos de acolhimento infantil. Neste estudo constituíram a totalidade das participantes, em outro estudo¹¹ a totalidade das educadoras também era

do sexo feminino. Dessa forma, é necessário considerar que o trabalho do cuidado é uma atribuição muito mais feminina do que masculina, uma vez que desde pequenas as meninas já são preparadas para as atividades de cuidado e, dentro das famílias, a responsabilidade pela criação dos filhos e cuidado desses recai, em geral,

sobre a mulher. A presença majoritária de mulheres nas atividades de cuidado e educação está relacionada a “razão da adequação cultural dessa atividade à esfera do pessoal, do feminino, do familiar”^{12:501}.

Referente à faixa etária entre 22 e 58 anos, com mediana de 37,06 anos, encontra-se dado semelhante em estudo que aponta idades entre 21 e 66 anos e mediana de 39,79 anos¹³. Outros estudos também apresentam faixa etária semelhante das educadoras entre 24 e 50 anos¹¹ e entre 21 a 56 anos¹⁴. Para estudo¹² a maioria 88,24% dos educadores possuía entre 20 e 40 anos, corroborando com os dados do presente estudo, em que 10 das 15 entrevistadas estavam na faixa etária dos 20 aos 40 anos. Assim, a maioria das participantes do estudo são mulheres jovens em idade de desenvolvimento familiar e profissional.

Quanto à remuneração, destaca-se que o salário obtido na instituição, neste estudo, é o mínimo, sendo que as participantes declararam receber em sua maioria entre um e três salários em sua renda familiar total. Considera-se a remuneração de um salário mínimo um fator que impacta

negativamente na escolha pelo trabalho em uma instituição de acolhimento infantil, pois além de um turno de trabalho de seis ou 12 hs corridas– manhã das 7 às 13hs; tarde das 13 às 19hs; noite das 19 às 7hs (duas noites, então trabalham 12hs e descansam 36hs) – as cuidadoras/educadoras possuem diversas atribuições e responsabilidades de cuidado e educação, dificultando a manutenção de condições estáveis e a busca por qualificação.

Observa-se que a baixa remuneração impõe às participantes a necessidade de realizarem outras atividades em turno inverso ou ainda horas extras nas instituições de acolhimento municipais. Percebeu-se que seis das 15 participantes, trabalham em funções de serviços gerais e cozinha na instituição em questão, em turnos inversos ao que realizam o cuidado das crianças no berçário, para complementar a renda. Assim, considera-se que a sobrecarga de trabalho, em função da necessidade de aumentar a renda, pode gerar um grande estresse ao cuidador/educador, contribuindo negativamente para a qualidade do cuidado que presta.

Estudo¹⁴ aponta que o estresse financeiro está entre os fatores de risco para a sobrecarga do cuidador, bem como o sexo feminino. Para diminuir a sobrecarga existem alternativas como intervenções psicossociais incluindo grupos de apoio para os cuidadores, demonstrando uma ligeira eficácia na atenuação da carga do cuidador e nas manifestações de angústia apresentadas por estes¹⁴.

No presente estudo a maioria das participantes se declarou solteira, seguida pelas que se consideram casadas. Para Fraga¹¹ a maioria das educadoras se declarou casada e a minoria solteira. Quanto aos filhos, no presente estudo, a maioria das participantes tem filhos e as idades são de oito meses a 31 anos, dado compatível ao apresentado por Fraga¹¹, em que também a maioria das educadoras possuía filhos e suas idades variaram de um a 24 anos.

A presença de filhos na vida das cuidadoras/educadoras pode levar a reflexão acerca da escolha por cuidar de crianças profissionalmente, a maternidade pode ser um elemento de decisão na escolha por esse tipo de cuidado profissional e substituto¹². Assim, conforme as autoras, a

maternidade pode contribuir positivamente no processo de formação, nos casos em que o cuidador não tem experiências anteriores de trabalho com crianças, podendo agregar qualidade ao cuidado ofertado às crianças na instituição. Por outro lado, é preciso considerar que enquanto essas cuidadoras que são mães se dedicam ao cuidado substituto de crianças em acolhimento, acabam delegando o cuidado de seus próprios filhos a terceiros, o que pode se constituir em fonte de angústia associada a sentimento de frustração¹².

Quando o conflito trabalho-família resulta da interferência das demandas de trabalho com as responsabilidades familiares ou quando ocorre interferência contrária, as mulheres sentem sofrimento no domínio familiar e no domínio do trabalho¹⁵.

Apenas duas das cuidadoras/educadoras moram em um bairro central, onde a instituição estava localizada. Portanto, a maioria das participantes necessitava utilizar algum meio de transporte para chegar ao trabalho, sendo que em dois casos, isso se reflete mais fortemente, pois as cuidadoras/educadoras moram em um

município vizinho. Assim, a necessidade de deslocamento também pode impactar sobre a disponibilidade e a satisfação das participantes no trabalho.

O grau de instrução das cuidadoras/educadoras, neste estudo, foi desde ensino fundamental completo até ensino superior completo, sendo que a maioria das participantes possui ensino médio completo com alguma especialização ou curso técnico. Para outro estudo¹³ a maioria da população tinha o segundo grau, equivalente ao ensino médio, correspondendo a 49,1%. No presente estudo, o ensino superior aparece em segundo lugar e o ensino fundamental completo em último, no entanto, se somados ensino superior completo e em formação tem-se um número maior de participantes, o que indica a qualificação do quadro pessoal na instituição pesquisada. Estes dados são corroborados por Corrêa e Cavalcante¹⁶, em que 51% dos educadores possuíam ensino médio completo e 49% possuíam ensino superior completo ou estavam em formação.

A formação mínima sugerida na legislação para o educador/cuidador

é de nível médio e a capacitação específica é “desejável experiência em atendimento a crianças e adolescentes”^{2:66}. Observa-se que na instituição em estudo a formação das cuidadoras/educadoras está, em sua maioria, de acordo com o proposto, pois apenas uma profissional possuía ensino fundamental. Entretanto, destaca-se que esta profissional, com ensino fundamental, possui mais de 20 anos de experiência no trabalho com crianças no município, logo, embora não tenha a formação mínima exigida, possui uma longa experiência que favorece a prestação de cuidados às crianças.

Quanto à especificidade de formação, têm-se, no presente estudo, profissionais de educação e de saúde atuando como cuidadores/educadores na instituição. Ressalta-se que a distribuição das profissionais que possuem algum conhecimento de saúde, ou seja, as técnicas de enfermagem, a acadêmica de enfermagem e a enfermeira, ocorre nos turnos diferentes, de forma que, em cada turno, possa ter um profissional com conhecimentos de saúde para prestar suporte na administração de medicações e

cuidados especiais de saúde que forem necessários. Estudo¹⁷ aponta que na maioria dos abrigos os profissionais de saúde são voluntários, não possuindo vínculo empregatício com a entidade, e que a presença de um profissional, que atuasse diretamente na instituição, melhoraria as condições de saúde da população acolhida. Nesse contexto, percebe-se como positiva a situação da instituição em questão, pois ela possui um suporte em todos os turnos, diminuindo a necessidade de encaminhamento das crianças para serviços de apoio.

O tempo de atuação das participantes na instituição, neste estudo, foi de oito meses a 12 anos, já para Brito e Sousa¹³ este tempo foi de cinco meses a 24 anos. Destaca-se que apenas duas participantes atuavam a menos de dois anos na instituição pesquisada, portanto a maioria já possuía um conhecimento aprofundado do funcionamento da instituição e do cuidado das crianças.

A trajetória de trabalho influencia na vida do cuidador/educador, neste estudo a maioria das participantes era concursada, enquanto que quatro eram contratadas por período temporário de

um ou dois anos, podendo ser renovados uma vez. Cavalcante e Côrrea¹² encontraram dados semelhantes, para as autoras a maioria dos educadores, 94,12%, pertencia ao quadro de funcionários efetivos. Nesse contexto, “a existência de um vínculo empregatício estável e duradouro com a instituição tende a ter benefícios comuns para o corpo técnico, a criança e para elas próprias”^{12:505}.

A capacitação na admissão é um dado importante a ser analisado, no presente estudo as participantes referiam não ter recebido uma capacitação específica para ocupar a vaga, sendo apenas interrogadas e avaliadas quanto ao perfil para o trabalho com crianças. Conforme o proposto pela legislação^{2:56} o processo de seleção deve ser criterioso garantindo a contratação de profissionais qualificados e com perfil adequado para o desenvolvimento das funções, sendo algumas das características desejáveis: “motivação para função; aptidão para o cuidado com crianças e adolescentes [...] habilidade para trabalhar em grupo; disponibilidade afetiva; empatia; capacidade de lidar com conflitos”, entre outros.

Referente à oferta de educação continuada pela instituição, a maioria das participantes mencionou ter participado de alguma atividade, no entanto a educação continuada não ocorre de forma sistemática, é apenas eventual, assim como as reuniões com a equipe técnica. Outro estudo¹⁸ também apontou a falta de suporte psicossocial, atividades de educação permanente e espaços de reflexão e supervisão do trabalho aos educadores, embora sejam importantes para a assistência das crianças vítimas de violência.

Para exercer a função de educador/cuidador é preciso ter uma capacitação adequada, com discussões periódicas sobre o trabalho desenvolvido, recebendo apoio e orientação de equipe técnica do serviço de acolhimento e possuindo um espaço de escuta em que possa compartilhar suas “experiências e angústias”, visando construir “estratégias para o enfrentamento de desafios”^{2:48}.

Todos os profissionais que atuarem em um serviço de acolhimento devem desempenhar um papel de educador, sendo selecionados, capacitados e

acompanhados no cuidado direto das crianças². Para tanto, é indispensável uma equipe com conhecimento técnico específico que possa respaldar os profissionais que prestam cuidados diretos. Esses pressupostos não foram observados no presente estudo, em que as participantes referiram a eventualidade dos encontros e a baixa adesão delas às atividades de capacitação, nas quais a participação era voluntária. Considera-se que para ocorrer a adaptação dos profissionais à rotina da instituição de acolhimento é imprescindível que haja um acompanhamento sistemático, com capacitações continuadas, visando melhorar a qualidade do atendimento e o bem-estar das crianças acolhidas.

O cuidado a crianças institucionalizadas é um trabalho difícil, pois se relaciona a situações de violência, tristeza e abandono⁴. A rotina é marcada por horários fixos e rígidos fazendo parte dela sentimento de impotência, solidão e responsabilidade sem respaldo técnico (falta um trabalho cooperativo). Além disso, os cuidadores sociais são marcados pela precarização das condições de trabalho, visto que falta capacitação, renovação dos quadros

técnicos, estabilidade empregatícia, bem como direitos trabalhistas, destacando-se a capacitação como uma carência identificada, em que falta espaço para a discussão e para o compartilhamento de angústias, sem apoio da equipe técnica⁴.

Nesse contexto, é preciso oferecer capacitação aos profissionais que atuam no acolhimento infantil

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados, observa-se a importância de capacitar os profissionais, bem como de valorizar seu trabalho econômica e socialmente. Acredita-se que um suporte técnico, considerando as especificidades de cada indivíduo envolvido no cuidado à criança, por meio da escuta e da discussão conjunta, periodicamente, favoreceria a organização da assistência prestada. Além disso, uma capacitação inicial, antes da inserção dos cuidadores/educadores na instituição de acolhimento poderia minimizar as dificuldades relacionadas ao desconhecimento quanto aos cuidados básicos como a higiene, a alimentação infantil e a administração de medicamentos. Nesse contexto, a inserção do enfermeiro seria

para o desempenho da função, visando auxiliá-los a lidar com a realidade dos acolhidos¹⁹. Para tanto, é necessário respeitar a individualidade de cada pessoa envolvida no cuidado, percebendo suas necessidades, além de oferecer um acompanhamento contínuo que acolha as questões psicológicas envolvidas com o desempenho da função.

importante, considerando que este poderia oferecer suporte para o cuidado e fomentar o desenvolvimento do vínculo entre cuidadoras e crianças, auxiliando a diminuir as vulnerabilidades.

O perfil das participantes indica experiência no cuidado à criança e busca de formação profissional na área do cuidado e da educação, o que proporciona vislumbrar o comprometimento com as atividades realizadas na instituição. Por outro lado, destaca-se que a remuneração oferecida pela instituição pode representar uma fragilidade no contexto de valorização e reconhecimento dos profissionais, além de impor a necessidade de acúmulo de funções e longas jornadas de trabalho, levando ao cansaço e sobrecarga o que pode interferir no

entusiasmo pela realização das atividades de educação e cuidado devido à fadiga.

É importante ressaltar ainda a necessidade de manter uma educação continuada no serviço, de forma que possam ser trabalhadas as fragilidades do cuidado, enfatizando-se temas do cotidiano desse contexto, voltados para a prevenção de doenças e a promoção da saúde das crianças atendidas, bem como para o bem-estar do físico e emocional das cuidadoras/educadoras.

O presente estudo, por abordar uma abordagem qualitativa, não aspira

generalizações, contudo acredita-se que possa servir para ampliar a discussão sobre quem é o cuidador/educador que atua em instituições de acolhimento infantil e de que forma este vem sendo respaldado para exercer o seu trabalho. Nesse sentido, pretende-se instigar a ampliação da discussão acerca da temática, de forma a contribuir para que, cada vez mais, sejam criadas estratégias e políticas voltadas para qualificação do cuidado prestado à criança em acolhimento institucional.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Presidência da República, Casa Civil [Internet]. 2016 [cited 2018 Nov 01]; 83 telas. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.
2. Conselho Nacional dos Direitos da criança e do Adolescente, Conselho Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e

- adolescentes. Brasília [Internet]. 2009 [cited 2018 Nov 01]. Available from: www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf.
3. Lira PPB, Pedrosa MI. Processos de significação sobre família em brincadeiras de crianças em acolhimento institucional. *Psicol Teor Pesqui*. 2016; 32 (3), 1-9. doi: 10.1590/0102-3772e323214
4. Lima SCC. O Trabalho do Cuidado: Uma Análise Psicodinâmica. *Rev Psicol. Organ. Trab*. 2012 [cited 2018 Nov 01]; 12(2), 203-16. Available from:

- pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v12n2/v12n2a06.pdf
5. Avoglia HRC, Silva AM, Mattos PM. Educador Social: imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional. *Rev mal-estar subj.* 2012; 12 (1-2), 265-92.
 6. Magalhães CMC, Costa LN, Cavalcante LIC. Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada. *Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum.* 2011 [cited 2018 Nov 01]; 21 (3), 818-31. Available from: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v21n3/08.pdf>
 7. Bowlby J. Apego: a natureza do vínculo. 3a. ed., 2a.tiragem. São Paulo: Martins Fontes; 2009.
 8. Nörnberg M, Menezes M. Práticas de acolhimento em abrigo infanto-juvenil. *Contexto Educ.* 2011; 26 (85), 177-201.
 9. Hsieh HF, Shannon SE. Three Approaches to Qualitative Content Analysis. *Qualitative health research.* 2005; 15(9), 1277-88. doi 10.1177/1049732305276687.
 10. Brasil. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012: Diretrizes e Normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos [Internet]. Brasília; 2012 [cited 2018 Nov 01]. Available from: <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
 11. Fraga LB. Infância, práticas educativas e de cuidado: concepções de educadoras de abrigo à luz da história de vida (Dissertação de Mestrado). Ribeirão Preto (SP): Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo; 2008.
 12. Cavalcante LIC, Corrêa LS. Perfil e Trajetória de Educadores em Instituição de Acolhimento Infantil. *Cad Pesqui.* 2012; 42 (146): 494-517.
 13. Brito CV, Souza JC. Qualidade de vida dos educadores sociais em abrigos de proteção a crianças e adolescentes. *Psicol Teor Prát.* 2011; 13 (1): 89-100.
 14. Adelman RD, Tmanova LL, Delgado D, Dion S, Lachs MS. Caregiver burden: a clinical review. *J Am Med Assoc.* 2014; 311 (10): 1052-59. doi: 10.1001/jama.2014.304.
 15. Kulik L, Liberman G. Work-family conflict, resources, and role set density: assessing their effects on distress among working mothers. *J*

Career Dev. 2013; 40 (5): 445-65. doi: 10.1177/0894845312467500.

16. Corrêa LS, Cavalcante LIC. Educadores de abrigo: concepções sobre desenvolvimento e práticas de cuidado em situação de brincadeira. Rev bras crescimento desenvolv hum. 2013; 23 (3):1-9.

17. Delgado TB, Ribeiro MO. Levantamento sobre os serviços de saúde às crianças carentes nos abrigos da cidade de São Paulo. Rev Soc Bras Enferm Ped. 2002 [cited 2018 Nov 01]; 1 (2), 21-8. Available from: http://www.sobep.org.br/revista/images/stories/pdf-revista/vol2-n1/v.2_n.1-art1.pesq-levantamento-sobre-os-servicos-de-saude.pdf.

18. Dias EM, Silva EM, Leite TMC. O trabalho da enfermeira em um serviço de acolhimento institucional. Rev Soc Bras Enferm Ped. 2014 [cited 2018 Nov 01]; 14(2), 138-47. Available from:

http://sobep.org.br/revista/images/stories/pdf-revista/vol14-n2/v_14_n_2-artigo_pesquisa-o_trabalho_da_enfermeira_em_um_servico_de_acolhimento.pdf.

19. Lemos SCA, Gechele HHL, Andrade JV. Os vínculos afetivos no contexto de acolhimento institucional:

um estudo de campo. Psicol Teor Pesqui. 2017; 33, p. 1-10. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3334>.

Correspondência

Ruth Irmgard Bärtschi Gabatz
Universidade Federal de Pelotas,
Faculdade de Enfermagem.
Rua Gomes Carneiro, 1 - Campus
Porto. 96010-610 - Pelotas, RS.
E mail: r.gabatz@yahoo.com.br

Recebido em: 21/12/2018

Aceito em: 04/01/2019